

Repercussões sobre o fim da Guerra do Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil*

*Marcelo Santos Rodrigues***

Resumo. A desmobilização militar de tropas aliadas estacionadas no Paraguai e os festejos pelo fim da guerra da Tríplice Aliança foram temas controversos e estão presentes na documentação produzida pelas relações exteriores e pela imprensa da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Essa discussão alimentou, entre 1869 e 1870, a imaginação de jornalistas e a disputa política entre liberais e conservadores no Brasil. Nesse artigo optamos pela utilização simultânea da documentação oficial e de jornais da época, para constatar como essa temática foi apresentada pelo governo e pela imprensa a sociedade brasileira e subsidiam a escrita da história da Guerra do Paraguai.

Palavras-Chaves: Guerra do Paraguai; Desmobilização Militar; Jornais; Documentação Oficial.

Repercussions on the end of the War against Paraguay in Argentina, Uruguay and Brazil

Abstract. The military demobilization of allied troops stationed in Paraguay and the festivities and commemorations at the end of the War of the Triple Alliance were controversial subjects and occur in the documents produced by foreign embassies and by the press in Argentina, Uruguay and Brazil. The discussion formed the imagination of journalists and political disputes between liberals and conservatives in Brazil, between 1869 and 1870. Current paper simultaneously uses contemporary official documents and newspapers to demonstrate how the theme was forwarded by the government and by the press to Brazilian society. It will also be a great help for the writing of the history of the War against Paraguay.

Keywords: War against Paraguay; Military demobilization; Newspapers; Official documents.

* Artigo recebido em 03/06/2015. Aprovado em 24/08/2015.

** Professor da Universidade Federal de Tocantins, Palmas/TO, Brasil. E-mail: marcelotoca@hotmail.com

Repercusiones sobre el fin de la Guerra del Paraguay en Argentina, Uruguay y Brasil

Resumen. La desmovilización militar de tropas aliadas estacionadas en Paraguay y los festejos por el fin de la Guerra de la Triple Alianza fueron temas controvertidos y están presentes en la documentación producida por los ministerios de relaciones exteriores y por la prensa argentina, uruguaya y brasileña. Entre 1869 y 1870, esta discusión alimentó la imaginación de periodistas y la disputa política entre liberales y conservadores de Brasil. En este artículo, optamos por utilizar simultáneamente la documentación oficial y la periodística de dicho momento, para constatar de qué modo el gobierno y de la prensa presentaron este tema a la sociedad brasileña, y que sustentan la escrita de la historia de la Guerra del Paraguay.

Palabras Clave: Guerra del Paraguay; Desmovilización militar; Periódicos; Documentación oficial.

Antes de 1 de março de 1870, data oficial do fim da guerra do Paraguai, a retirada das tropas brasileiras e os festejos pela vitória da Tríplice Aliança animavam as discussões entre conservadores e liberais, no Brasil, e na imprensa dos países participantes do conflito. O governo monárquico, através dos seus ministros e da imprensa oficial, rebatia as críticas de políticos e de jornalistas sobre a remoção dos soldados e comemorações pelo fim da guerra.¹ Nesse artigo optamos pela utilização simultânea da documentação oficial e de jornais da época, para averiguarmos como essa temática foi exposta pelo governo e imprensa à sociedade. Destacamos a importância do uso de toda e qualquer fonte documental pelo historiador na escrita da história.

A guerra do Paraguai foi um dos conflitos mais sangrentos e controversos, ocorrido na América no século XIX. Nela envolveram-se o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai. Sobre a guerra encontramos

¹Sobre a guerra do Paraguai existe uma bibliografia extensa produzida pelos países envolvidos no conflito. Para a construção deste artigo elegemos alguns autores brasileiros, pertencentes a gerações diferentes de historiadores, que nos ajudam a pensar a guerra, entre eles: (COSTA, 1871); (FRAGOSO, 1956); (CERQUEIRA, 1980); (DUARTE, 1981).

uma ampla historiografia, todavia ainda digna de reflexões minuciosas sobre aspectos políticos e da utilização de fontes diversas que auxiliem na construção das narrativas políticas. Pretendemos assim, analisar, especificamente, as repercussões da guerra, por meio da documentação oficial e dos jornais, quanto ao seu desfecho em 1870.

A desmobilização militar e os festejos pelo fim da guerra foram temas debatidos na imprensa da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Nos dois primeiros as discussões aconteceram antes da retirada das tropas brasileiras de Assunção e, conseqüentemente, alimentou a imaginação dos jornalistas e políticos que viviam na corte. Deste modo, é possível observar na imprensa platina e do império, a repercussão sobre o retorno dos contingentes e das comemorações pelo final da guerra com o Paraguai.

Entretanto, na documentação oficial, produzida pelas relações exteriores dos países aliados, descobrimos a tonalidade quanto ao procedimento da desmobilização das tropas, atenta as questões diplomáticas e arranjos do Tratado da Tríplice Aliança e as interpretações da imprensa do período.

Na cidade de Assunção, capital do Paraguai, no dia 24 de novembro de 1869, o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, ministro plenipotenciário do Brasil, e o Dr. Mariano Varela, ministro das relações exteriores da Argentina, trataram da proposta arranjada pelo governo argentino para a redução das forças militares em operações no Paraguai. O ministro argentino, considerando que o insignificante exército inimigo não oferecia resistência, julgava oportuno diminuir os encargos que suportavam as três nações, com despesas de guerra e emprego de parte de sua população.²

Para o ministro Varela tratava-se de uma necessidade altamente reclamada pelas circunstâncias da República argentina. Sem citar fatos,

² Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1869, p. 117-118).

referia-se às dificuldades internamente enfrentadas, com “revoluções políticas” e a impopularidade que a guerra ganhava nos últimos anos da campanha naquele país.

O governo do Uruguai também concordava com a proposta de redução das tropas aliadas estacionadas no Paraguai. Na ocasião, o ministro das relações exteriores uruguaio, Dr. Adolfo Rodriguez, reiterava o seu pedido anteriormente formulado, para a remoção de toda a divisão Oriental. Sua justificativa era de que o Uruguai atravessava um momento de crises financeiras e econômicas.

Na conferência com ministro argentino, Paranhos admitiu que o governo brasileiro não desejava menos que os seus aliados. E apressou em autorizar o acordo, visto o general em chefe das forças brasileiras, o marechal do exército conde d’Eu, não ver nenhum inconveniente. Segundo o *Convênio*, permaneceriam no Paraguai somente as tropas restritamente necessárias para perseguir o presidente paraguaio Solano Lopez e garantir um novo governo naquele país.

A opinião do conde d’Eu era de que a remoção do efetivo militar, arranjada em escala prudente, não prejudicaria as operações que por ventura restavam empreender. Neste sentido, concordava com a remoção das tropas para o Brasil.

Afirmava o consorte da princesa Isabel:

Já que não pode ainda regressar para o império todo o Exército, é de estrita justiça que estas vantagens alcancem primeiro os voluntários da pátria, aos quais ela foi garantida pelo decreto de 7 de janeiro de 1865 que os convidou a empunhar as armas em defesa do país seriamente ameaçado.³

³ Fundação Biblioteca Nacional – *Divisão de Manuscritos*. Rio de Janeiro. Localização 34, 03, 006, n. 029. Ofícios de S. Alteza o Sr. Conde d’Eu, datado de 10 e 23 de dezembro de 1869, em número de 4.

Naquele momento, o conde d'Eu aconselhou ao ministro da guerra que os voluntários da pátria constituíssem os primeiros contingentes a se retirarem do litoral do Paraguai. Adiantando-se expediu ordens, aos generais Polidoro e Vitoriano, para que os voluntários fossem reorganizados em treze batalhões, perfazendo mais de 6 mil homens.

Depois do início da guerra, pela primeira vez, o império iria assistir o retorno de grande número de soldados ao país. O conde d'Eu sugeriu ao governo rodear o ato com apropriada solenidade, para que este aparecesse como obra dos sacrifícios impostos ao Brasil e que, o acolhimento feito aos que tanto trabalharam pela honra nacional, servisse aos vindouros de estímulo para imitá-los. E mais, solicitou autorização para conduzir de uma só vez à corte, senão os 13 batalhões, pelo menos seis deles, e fizesse uma entrada solene no Rio de Janeiro, assim garantir a população reverenciar o feito de seus filhos.

Entretanto essa pretensão demorou e a imprensa brasileira foi a primeira a questionar o porquê da manutenção de 15 mil soldados em território paraguaio, pois considerava desnecessário o emprego de tal contingente na perseguição a Solano Lopez, que fugia com um “punhado de homens mal armados, famintos e extenuados de cansaço” (REIS, 2003, p.27).

O barão de Muritiba, ministro da guerra, tinha oficializado ao governo que as operações de guerra, nos meses de setembro e outubro de 1869, delongaram-se em função da crise alimentícia, provocada pela falta de viveres para sustentar um exército excessivamente numeroso. O visconde de Itaboraí, ministro do império, igualmente declarou querer aliviar os dispêndios do tesouro nacional com despesas inúteis. Essas declarações suscitaram discussões na imprensa, que apontava a retirada das tropas e o termino da guerra como ações imprescindíveis do governo (A REFORMA, 18 jan. 1870)

O correspondente do *Jornal do Comércio* em Assunção, dizendo-se inspirado em fonte muito competente, publicou sem reserva:

É injustificável a permanência em campanha de oficiais e soldados que, retirados das fileiras combatentes, nada mais fazem atualmente que distrair os meios de alimentação do exército militante, e criar dificuldades e tropeços a fácil execução de certas providencias urgentes da parte do general em chefe, e dos outros generais que se acham longe dele, mas que o coadjuvam nas medidas para o pronto desenlace da campanha (JORNAL DO COMERCIO, 16 jan. 1870).

Em 24 de novembro de 1869, o *Convênio*, assinado pelos generais da Argentina e Brasil, determinava a obrigação da retirada dos seus exércitos do Paraguai.⁴

Indagava *A Reforma*: “de onde procede o mistério do governo, que, surdo as interrogações de toda a imprensa, nada responde a respeito do regresso daqueles bravos?” (A REFORMA, 18 jan. 1870). Esquadrinhava o redator do porque de forças inativas e desnecessárias conservarem-se fora do país se a retirada destas concorria para a conclusão da guerra.

Que dificuldades, pois, surgiram em torno da execução desse acordo? As legiões da guarda nacional de Buenos Aires foram as que abriram a marcha do recolhimento aos pátrios lares. A capital da república Argentina preparou grandes festejos para receber os batalhões. Os redatores dos diferentes jornais, sem distinção política, se reuniram em comissão para promover subscrições para os festejos.

No momento que Buenos Aires preparava festejos para recepcionar a sua guarda nacional, através de subscrições públicas, novamente o correspondente do *jornal do Comercio*, exprime seu pensamento. Dessa vez, aconselhando o governo:

A meu ver marche cada corpo de voluntários para a sua província em cada vapor transporte que sair daqui para o Império; recebam as ovações que se misturam com outras lágrimas, com muitas dores íntimas e pungentes. Essas homenagens de cada província a seus batalhões de

⁴ Sobre o Convênio assinado entre os países beligerantes em 24 de novembro de 1869 ver: *Relatório Ministério dos Negócios Estrangeiros* (1869, p. 11 e anexos).

voluntários serão legítimas, embora dolorosas a muitos. Serão as tristes alegrias da desgraça. Mas reunir em uma flotilha todos os batalhões de voluntários, fazê-los desembarcar no Rio de Janeiro, recebi ao nosso apoio de aplausos frenéticos na corte do império, seria, além de uma despesa injustificável, um sarcasmo doloroso, uma ironia pungente aos míseros inválidos da pátria, que ali estão em seu asilo, feridos, inutilizados, inutilizados para sempre (JORNAL DO COMERCIO, 18 jan. 1870).

Essas eram as razões, reveladas pelo correspondente do jornal. O governo não gostaria de ver arribar na capital do império, cinco ou seis mil voluntários da pátria e guardas nacionais, comandados pelo conde d'Eu. Dessa forma, aspirava somente repartir, em pequenas proporções, os soldados pelas províncias, sem desembarcá-los na corte, fazendo uma despesa *injustificável*, e assim, também não afrontar os inválidos da pátria que ali se encontravam asilados.

Destarte, o correspondente ironicamente recomendava que o governo elevasse um mausoléu em Humaitá ou Assunção, inscrevendo-se nele: "*Aos mártires da pátria. O Brasil agradecido.*" Para ele era suficiente que os soldados fossem recolhidos às suas casas, porque não tinham direito de ser recebidos com festins, visto ficarem esquecidos os combatentes que permaneceriam em seus postos no Paraguai.

Entretanto, a posição do comandante das tropas aliadas divergia da assumida pelo jornal. Em ofício ao ministro da guerra, o conde d'Eu expressava as suas justificativas para a desmobilização do exército. Alusiva a cavalaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul, o príncipe avaliava que não podia dispensá-la na mesma proporção que aos voluntários da pátria, em razão de ser sumariamente reduzido o pessoal da cavalaria de linha, pois o contingente que ficasse não era suficiente para constituir, sequer, dois corpos regulares do exército. Mesmo assim, previa que aos poucos fossem dispensados do serviço os oficiais dessa guarda.

Quanto ao exército de linha, por ser diminuto, expunha não ser possível dispensá-lo enquanto Lopez se conservasse em armas entre os rios Paraguai e Paraná. Argumentou ao ministro da guerra que por falta de mapas não tinha ideia exata do tamanho da força de linha do exército e que sem essa base não podia consentir que nenhum soldado fosse retirado do Paraguai.

Referindo-se a necessidade da ocupação do Paraguai, o conde d'Eu era favorável que senão a totalidade, pelo menos a maior parte do exército deveria ficar no sul do Mato Grosso, nas imediações das cabeceiras dos rios Apa e Brilhante, posição estratégica oferecida por um terreno saudável e fértil, onde o exército acamparia em melhores condições de disciplina e eficácia do que sua simples disseminação pelas capitais do litoral. Para a prosperidade do Império era necessário estabelecer uma linha de comunicação pela província do Paraná, aproveitando a navegação dos rios Ivahy, Paraná e Ivinheima, onde por essa via poderia receber com brevidade os recursos necessários.

Somente com relação aos batalhões de voluntários da pátria, o conde d'Eu tinha uma posição favorável a sua retirada completa para o Brasil. O comandante chegou a pensar em enviar o 17º de voluntários de volta para Cuiabá, de onde chegará em Assunção, no mês de agosto de 1869, mas informado de que em sua totalidade o aludido batalhão era composto de mineiros, sugeria o seu envio para o Rio de Janeiro, considerando ser de maior vantagem para eles a sua dissolução na corte.

Era desejo do conde d'Eu chegar, de uma só vez ao Rio de Janeiro, com alguns milhares de voluntários da pátria e, para isso, pediu ao governo o envio dos vapores necessários para transportá-los.

Enquanto a documentação oficial assinalava como questão estratégica o da desmobilização parcial das tropas, o jornal *A Reforma*⁵ conjecturava sobre

⁵ O jornal *A Reforma*, começou a circular na Corte, em maio de 1868, portanto, dois anos antes do final da guerra. A folha carioca era dirigida por Francisco Otaviano e desde o início era um jornal conceituado. Surgiu dentro do “Clube da Reforma”, fundado pelos liberais.

esta matéria, afirmando que os conservadores não almejavam ver o conde d'Eu se apresentar à frente dos soldados, por não ter Caxias, membro do Partido Conservador, realizado essa façanha. Em 1 de janeiro de 1869, com a ocupação de Assunção, Caxias demitiu-se do comando das tropas, por considerar terminada a guerra. Ironicamente, um ano depois, assistiriam o genro do imperador, simpático aos liberais, chegar aplaudido na capital do império (MELO, 1979).

Enquanto os jornais discutem amplamente a retirada e os festejos pela vitória na guerra, a documentação oficial brasileira sugere prudência sobre essas questões. Em resposta ao requerimento do conde D'Eu, o ministro Muritiba acenou com a concordância da volta dos voluntários e com a recepção conveniente aos voluntários pelos serviços prestados na campanha. Aquiescia o ministro, com as solenidades e com demonstrações de regozijo público, extensivo ao exército em operações, mas entendia que, para assim proceder, deveria avaliar a comodidade na longa viagem do Paraguai à capital do Império, visto a falta de transporte, que de uma só vez, conduzam 5 ou 6 mil praças guardadas as condições higiênicas. E completava o ministro: “porque não existe na Corte quartéis suficientes para o abrigo desta considerável massa de tropas”.⁶

Perguntava o correspondente do *Jornal do Comercio*: “com que direito serão saudados os que voltam agora para a pátria com o ruído estrondoso dos festins públicos, quando ficam esquecidos os que aqui [referindo-se ao Paraguai] devem permanecer em seu posto de honra?” Estava explícita a batalha pela memória da guerra, sobretudo a dos heróis que deveriam figurar na história do Brasil. Para os conservadores um comandante “indigno de formar uma nacionalidade”, para os liberais, momento de recordar o tempo em que

⁶ Fundação Biblioteca Nacional – *Divisão de Manuscritos* – Localização 34, 03, 006, n. 029; Rio de Janeiro. Ofício do Ministério dos Negócios da Guerra ao comandante em chefe do exército em operações no Paraguai, em 29 de dezembro de 1869.

estiveram à frente do governo no início do conflito, achando-se, portanto, merecedores das ovações pela vitória.

Para os liberais tratava-se de uma questão política. A corte afastava os soldados que ela tanto tinha festejado na hora da partida e não deveria ser “indiferente em sua entrada triunfante” (A REFORMA, 18 jan. 1870). Rechaçava o argumento do *jornal do Comercio* ao dizer que não seria uma *despesa injustificável*, porque o dispêndio com o transporte dos voluntários da pátria e guardas nacionais seria inevitável, e que raramente deixaria de tocar à corte, uma vez que era rota de volta às províncias.

Além disso, Júlio de Barros, filiado ao Partido Liberal, insinuava um possível “calote do governo”, ao expor que era na corte onde os voluntários da pátria deveriam ajustar as contas. Referia-se a gratificação pecuniária, com a posse de terras em colônias militares ou agrícolas a que tinham direito, de acordo com o decreto imperial que criou os batalhões de voluntários da pátria. De tal modo, as reclamações de milhares de homens incomodariam o *gabinete de 16 de julho* formado por conservadores que ainda não tinha quitado as dívidas com os voluntários (CHACON, 1985).

A capital do império vivenciava tempos de tensões, com debates acalorados em torno da escravidão, com a fundação de associações libertadoras de escravos e de partidos identificados com a ideia de república. Assolavam doenças epidêmicas como a febre amarela e o cólera-morbo, e a falta de água que atingia a cidade. O governo e seus ministros não viam com bons olhos a chegada de tantos soldados de uma só vez à corte.

Desde a sua saída do poder, em 16 de julho de 1868, o Partido Liberal passava por uma reestruturação interna, o que resultou na criação do Partido Progressista liderado por Joaquim Nabuco, Zacarias, Silveira Lobo, Teófilo Otonni, Francisco Octaviano e Saldanha Marinho, ocasião em que o Partido

Conservador pareceu entregar-se ao medo que representava tal investida (NABUCO, 1997; CARVALHO, 1980).

Os jornais revelam-se, ao longo do século XIX, como um importante órgão de mobilização da opinião pública. Assim, a imprensa começa a afirmar-se como lugar para a revelação do pensamento, mais especificamente associado ao cenário político da época. Os correspondentes dos jornais tornam-se homens poderosos e sua opinião harmonizada ou não com a vida política acendia um debate na sociedade

Assim, reunir na corte soldados, depois de uma campanha longa, poderia mover a opinião pública no apoio contra a “deslealdade do governo.” A disseminação dos mesmos pelas províncias, certamente, dificultaria a comoção do povo para com os cidadãos patrióticos.

O desembarque e festejos aos voluntários da pátria permaneceram como questões centrais para os liberais. Assim, procuravam atacar o governo sob o comando do Partido Conservador. E, ainda mais, apoiavam o conde d’Eu que esperava entrar no Rio de Janeiro à frente de seus comandados.

De todas as formas os conservadores tentavam persuadir ao ministro Itaboray da idéia de recepcionar os batalhões na corte. O conservador Faria Lima afirmava que a pátria correria perigo, e que o chefe de polícia estava cansado de serenar revoluções. Referia-se a distúrbios causados pelos voluntários da pátria, principalmente inválidos e mutilados de guerra que, na cidade de Niterói, reclamavam o pagamento de salários atrasados e vivia entregues a embriaguez, criando dificuldades a polícia.

Concernente a marcha do conde d’Eu à frente dos batalhões ajuizava o ministro da guerra ter o próprio imperador declarado não ser conveniente que o comandante se ausentasse do Exército as que comada, enquanto não cessasse de vez as ditas operações, mediante a total aniquilação das forças de Lopez. Alegava, o ministro, da necessidade da presença do chefe militar do exército,

“não só para manter a disciplina como para o completo êxito delas, e animação dos valentes oficiais e soldados que o estado atual das mesmas operações não permite, por ora, retirar do Paraguai.” E concluía: “causaria grandíssimo mal”.

No dia 27 de janeiro de 1870, o correspondente do *jornal do Comercio* ocupava-se, mais uma vez, da vinda dos Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais para a Corte. Receava arruaças durante os festejos oferecidos aos mesmos. Dizia, ele que em Buenos Aires os portenhos arranjaram festas brilhantes para recepcionar os seus soldados, mas que os que tinham concorrido para a realização dos festejos já estavam arrependidos. O correspondente do jornal, em Assunção presumia ocorrer semelhante episódio: “Não se transfere assim de chofre dos acampamentos para as grandes capitais, cheias de prazeres, uma soldadesca ávida de gozos, sem que a moralidade e a ordem pública afixam extraordinária perturbação” (JORNAL DO COMERCIO, 27 jan. 1870).

Para enfatizar a sua preocupação, resumiu o que disse ter lido nos jornais argentinos daquela semana, destacando roubos e assassinatos perpetrados por soldados e a prática de jogatinas de aventureiros, sabedores de que os soldados tinham recebido os soldos atrasados, roubaram-lhe dinheiro, impelindo-os depois a embriaguez e ao crime (JORNAL DO COMERCIO, 27 jan. 1870).

No diário argentino, *La Capital*, publicado em Rosário, nas edições de 20, 21 e 22 de janeiro de 1870, encontramos crônicas que ocupam-se dos acontecimentos referentes a recepção dos soldados na Argentina e Uruguai, especialmente, os que integravam as *Guardias Nacionales*. O governo argentino mandou cunhar uma medalha para ser distribuída à Guarda Nacional, no dia de sua chegada, sendo de ouro para os oficiais superiores, de prata para os subalternos e de cobre para os soldados. No dia 9 de janeiro de 1870, em Buenos Aires organizou-se um jantar oferecido pelos jornalistas aos chefes e oficiais chegados do Paraguai.

Em nenhum artigo pesquisado nos jornais argentinos encontramos evidências quanto as denúncias narradas pelo *Jornal do Comércio*. Ao contrário, exaltam as festas. Em 29 de dezembro de 1869, a tropa uruguaia desembarcava em Montevideú. A divisão oriental estava composta de 140 praças e 40 oficiais e do general D. Henrique Castro. Acompanharam esta força 200 mulheres paraguaias. O governo declarou feriado nesse dia. No desembarque foram recebidos pelo ministro da guerra e conduzidos a praça da Constituição, onde esperava o presidente da república; seguiu o cortejo depois até o Forte, onde foram alojados. Durante o trajeto não “cessaram as ovações do povo”; tinham partido do Uruguai dois mil soldados, e voltavam apenas duzentos “escoltando as bandeiras que os guiaram a gloria aos combates de Yatahy, Uruguayana, 2 e 24 de maio, 18 de Julho”.⁷

Os inválidos, em carruagens descobertas abriam a marcha da coluna. Seguiam os veteranos cheios de cicatrizes marchando bizarramente pelas ruas, dizia o periódico. A participação de inválidos argentinos nos festejos não aparentou ter provocado nenhuma injustiça para com estes e, na descrição do periódico, estiveram presentes para serem lembrados pelo povo nas comemorações.

As bandeiras do batalhão “Santafesino” y Del Regimiento “Rosário” foram recebidas pelo Intendente Municipal, Salvador Carbó, em uma cerimônia detalhada pelo jornal *La Capital* do dia 1 e 2 de fevereiro de 1870. Sobre o 1º Batalhão de Santa Fé anotou o jornal:

Aquella bandera que habían recebido de las damas rosarinas y jurado sostener em los campos de batalla, volvía al mismo suelo, no ya com el brillo de la tela ni del escudo de oro, pero si com ele esplendor de la gloria imperecedera que conquistara entre el humo de sus combates (DE MARCO, 1960, p.14).

⁷ BN/RJ. Notícias do jornal *A Regeneracion*, editado na cidade de Montevideú, e transcritas pelo Diário de São Paulo (7 jan. 1870).

É preciso, ainda, realizar uma investigação minuciosa, com a leitura das crônicas narradas pelos jornais argentinos sobre as festas e cerimônias sucedidas no regresso dos seus batalhões. E mais, relacioná-la a conjuntura política vivida por aquela república, para acatarmos ou refutarmos os argumentos do correspondente do *jornal do Comercio*, receoso do desembarque das tropas brasileira na Corte.

As festas organizadas no Rio de Janeiro para os contingentes de soldados vindos do Paraguai foi um assunto por demais controverso. No café Londres, na Rua do Ouvidor, estudantes de direito e medicina discutiam quem eram os heróis a serem comemorados. Nas ruas adjacentes, comerciantes, vendedores ambulantes e lojistas liam nas páginas dos jornais notícias sobre o retorno dos batalhões brasileiros.

Nas ruas da Alfândega, de Sete de Setembro, da Rua Direita, outro não era o tema das discussões entre militares, negociantes, artistas, religiosos e moças eufóricas, que passeavam pelas lojas em busca de tecidos em cores variadas para a confecção de bandeiras e flâmulas destinadas às festas. Nos hotéis da Rua Uruguaiana, no Alcazar, à porta do teatro Lírico, na livreria do Sr. Macedo, estrangeiros e nacionais discutiam artigos publicados nas folhas correntes sobre as negociações em torno do final do conflito. Durante todo o mês de janeiro de 1870, interrogava-se sobre as razões de o governo manter as tropas brasileiras em solo paraguaio.

Pelas folhas estrangeiras e por alguns jornais brasileiros chegavam as notícias da entrada triunfal do contingente uruguaio a Montevideu e das recepções que cobriram de louros os soldados de volta à confederação Argentina, crescendo na população carioca a expectativa de que o mesmo ocorresse no Rio de Janeiro. Sobre as festas, o Partido Liberal, por intermédio de sua folha *A Reforma*, propôs uma trégua às rivalidades políticas: “longe dos

ressentimentos que nos dividem na política interna, o dia de hoje é consagrado ao patriotismo” (A REFORMA, 22 jan. 1870).

O pedido da suspensão das hostilidades, renunciado pelo jornal *A Reforma* no dia anterior à chegada dos voluntários, denunciava os usos que a monarquia poderia fazer dos festejos. E assim, a folha liberal pedia aos opositores para que a celebração não fosse confundida com a propaganda do governo e do Partido Conservador, pois, “diante dos triunfadores que tão brilhantemente souberam manter a integridade do império, a nação brasileira deve ser uma e solidária nesse momento de júbilo e entusiasmo patriótico” (A REFORMA, 22 jan. 1870).

A festa patriótica finalmente aconteceu protagonizada pelo povo, por liberais opositores ao governo de Pedro II, por agremiações civis de sociedades literárias, artísticas e libertadoras. Aos poucos, o governo deu-se conta de que era necessário participar daquele evento nacional. Sobretudo porque a festa tinha caráter oficial, pois se tratava de recepcionar os patrióticos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional que defenderam a pátria.

No dia 10 de fevereiro de 1870, começou o embarque dos primeiros batalhões que se retiravam do Paraguai. Nos vapores *Vassimon*, *Galgo* e *São José* foram conduzidos a 1ª brigada de voluntários composta do seguinte modo: o 17º de Minas Gerais, com 34 oficiais e 460 praças; o 40º de Pernambuco, com 37 oficiais e 457 praças; o 53º da Bahia com 36 oficiais e 435 praças, ao todo 107 oficiais e 1.352 praças. Os soldados retornavam ao Brasil sem desconfiarem das suspeitas que “deslustravam” as suas glórias, longe das rivalidades e ressentimentos que dividiam a política inteira na Corte, em torno das supostas ameaças que representavam.

O programa oficial para a chegada dos Voluntários da Pátria, no entanto, não foi cumprido. O desembarque, marcado para as 4h só ocorreu as 6:30h da tarde, e nenhum dos ministros foram vistos a bordo dos navios

encalhados; o desfile dos batalhões que passariam frente ao palácio do Senado, não aconteceu. Disse *A Reforma* que a Câmara Municipal da Corte nem se quer mandou assear as ruas, sendo preciso que os escravos da quinta viessem capinar o Campo de Santana, mesmo defronte ao edifício de onde se reúnem os vereadores (A REFORMA, 25 jan. 1870).

A despeito do atraso, o tenente Caldwell informou ao Ajudante General que o desembarque, previsto para as 4 horas da tarde, não se realizara, em virtude de a maior parte das embarcações responsáveis pelo transporte da brigada até o Arsenal da Marinha ter encalhado no curtume de São Cristóvão.⁸ Tudo isso era motivo para divergências na imprensa, que representava seus partidos, e parecia ter abandonado a trégua proposta no dia anterior à chegada dos voluntários.

Não prepararam uma refeição e nem acomodações para os oficiais no dia do desembarque, tendo alguns deles seu único jantar em São Cristóvão, pão e bananas, que compraram e o café que beberam em canecas de flandres dos soldados, assim como, não acharam ali camas para dormir (A REFORMA, 25 jan. 1870).

O articulista, esquecido da trégua que tinha rogado anteriormente, dizia que o desembarque a noite ofuscaria a festa e que, se o rei não se apresentasse em pessoa, nenhuma saudação teria por parte do governo. Concluía: “Diga-se a verdade, os voluntários são desconsiderados pelo governo, porque são cidadãos chamados às armas patrioticamente pelos liberais, porque o Senhor duque de Caxias em sua onipotência os dissolveu” (A REFORMA, 25 jan. 1870).

Um leitor que preferiu não se identificar, na mesma edição do jornal *A Reforma*, também tornou público a sua indignação:

Ao escuro da noite, apenas vi uma massa imensa de soldados confundida com uma numerosa multidão do povo, por entre os quais se poderia distinguir o bem fardado dos soldados e suas

⁸ Arquivo Nacional, Série Guerra, Administração, IG2, 22 Fundo 9K.

bandeiras rotas. (...) quisera que eles entrassem de dia com os próprios trajes da campanha para ver-lhes os estragos recebidos, as faces crestadas pela rigidez da intempérie e as cicatrizes gloriosas (A REFORMA, 25 jan. 1870).

“Outra coisa que não gostei”, disse o indignado: “foi de ouvir o Imperador dizer ao Brigadeiro Faria Rocha que Deus queira que esse sucesso seja o feliz prenúncio da terminação da guerra.”

No dia seguinte, o jornal apregoava que o governo devia 9 meses de salário aos Voluntários da Pátria. E, referindo-se ao desembarque em Buenos Aires, sentenciou que a Argentina, na entrada da sua Guarda Nacional, fez o pagamento sem “grandes papeladas.” Perguntava: “Quando o governo [brasileiro] mandará pagar as gratificações assumidas no decreto de criação dos voluntários?”

Assinando com o pseudônimo de Brasileiro, um cidadão interrogava se era exato as queixas dos voluntários “defensores da honra nacional”, de não receberem soldo a 9 meses, e se o ministro da guerra pretendia mandá-los recolherem-se as suas províncias fracionados, em porções de 50 soldados, para evitar uma provável revolução em suas províncias. Tomado pela indignação pedia para quem competisse responder já que não era segredo de estado (A REFORMA, 25 jan. 1870).

A imprensa logo se transformou em porta voz das reivindicações dos voluntários recém chegados. E, omitindo os seus nomes, “para que o governo não se vingasse”, publicou um artigo de autoria de alguns oficiais de batalhões ainda alojados na Corte.

Os oficiais de voluntários estão, é verdade, satisfeitos, não com as recompensas do governo imperial, mas sim por terem consciência do inteiro cumprimento do mais penoso dos deveres de cidadão, e pela demonstração de alegria com que o povo os recebeu: estão satisfeitos, por terem voltado da campanha, ainda com forças para ganharem o pão de subsistência; por que do contrario ver-se-iam obrigados a mendigar, como seus infelizes camaradas, que voltaram mutilados: estão contentes com as honras de posto concedidos aos chefes da brigada, porque estes

distintos cidadãos têm relevantes serviços prestados à causa nacional nos campos de batalha, mas também estão alarmado com a sorte, que os aguarda, quando forem dispensados das comissões que ora ocupam; pois que ficaram sujeitos aos caprichos de qualquer esbirro da polícia, que pode submetê-los aos cruéis tratamentos, que só dispensa-se aos cidadãos (A REFORMA, 1 mar. 1870).

As queixas dos oficiais de voluntários reportavam-se as gratificações concedidas aos seus chefes, que lhes conferiam honras de oficiais e soldo vitalício.⁹ O governo, nesse meio-tempo, cogitava dissolver com celeridade os batalhões de voluntários e assim, recolher “ao seio da família e volver aos fecundos trabalhos da paz” os combatentes aquartelados. Enquanto o descontentamento das tropas só aumentava. Pediam terras que tinham direito nas colônias militares, empregos públicos, assim como passagem de navios para só assim regressar as suas casas. Disparava *A Reforma*: “Não era possível que depois de tão breve lapso de tempo a memória da gratidão tivesse desaparecido”.

A chegada todos os dias de contingentes na Corte não estimulava novas festas. O *Correio Nacional* publicou em seu editorial que a morte do presidente Solano López, em 1º de março de 1870, determinava o fim da guerra e fez “desaparecer para o governo imperial as dificuldades de seu banimento, e os receios de que ele no futuro pudesse voltar vitorioso à Assunção”.

Profetizou sobre o sentido das comemorações após López ser eliminado: “As festas da vitória acabaram, a primeira expansão de alegria pelo acabamento da guerra já passou, para dar lugar ao raciocínio frio e desapassionado, os hinos e os vivas entusiasmados do povo já não mais ecoavam pela cidade” (CORREIO NACIONAL, 25 mar. 1870).

Restava somente definir a solenidade oficial pela terminação da guerra contra o Paraguai. A imprensa logo voltou as suas atenções para os

⁹ Decreto Imperial de 23 de fevereiro de 1870.

festejos marcados para o dia 10 de Julho de 1870, ascendendo novos debates, dessa vez, sem contar com a pressão dos voluntarios da pátria e guardas nacionais, já retirados para as suas províncias. Estes, longe do governo central, percorreriam os caminhos burocráticos para exigir os direitos que não foram atendidos quando da estadia na capital do Império.

A documentação oficial produzida pelo Ministério da Guerra ou pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, procuravam ser mais prudentes quanto a questões sobre a guerra. Informava somente as posições oficiais do governo, reproduzindo os interesses do partido no governo.

Os jornais, principalmente os oposicionistas, em suas páginas analisavam aspectos diversos sobre a guerra. O recrutamento forçado, o apelo ao patriotismo, as denúncias da participação escrava na campanha, as arbitrariedades comentadas por comandantes, tudo era motivo de publicidade. Nesse artigo confrontamos fontes oficiais com as de jornais oposicionistas e situacionistas. Essas fontes complementam-se e permitem percorrermos os caminhos da guerra. Elas possibilitam observarmos estratégias políticas de governo e partidos políticos, como também o comportamento da sociedade diante dos acontecimentos. Ao historiador cabe interpretá-las, sobrepondo-as, confrontando-as, utilizando-as simultaneamente para uma escrita da história da guerra do Paraguai.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscência da campanha do Paraguai: 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1985.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. 4 v. Rio de Janeiro, Liv. Guimarães, 1871.

DE MARCO, Miguel Angel. *Banderas Rosarinas en la Guerra del Paraguay*. Rosário: Instituto de Investigaciones Históricas Brigadier General Estanislao López, 1960.

DUARTE, Paulo Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1981.

FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

MELO, Américo Braziliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1979.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

REIS, Maria de L. Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal "O Jequitinhonha" e a Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003.